

## RESENHAS

### UM RÁPIDO PANORAMA DA HISTÓRIA CULTURAL

Carlos Rafael Vieira Caxilé\*

BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

Nos dias de hoje tornou-se muito comum, no âmbito acadêmico, deparar-se com expressões do tipo: “cultura da pobreza”, “cultura do medo”, “cultura das armas”, “cultura do corpo”, “cultura dos adolescentes” e tantas outras. O termo “cultura”, pode-se afirmar que ocupa atualmente o lugar que outrora fora destinado a “sociedade” e “civilização”. Entretanto, o termo cultura é mais do que um conceito, sugere um campo histórico de disputa em torno de sua função social.

No decorrer de seu estudo a palavra “cultura” atingiu vários significados, desde o cultivo agrícola em oposição ao crescimento natural, passando por desenvolvimento mental, modo de vida até alcançar práticas de atividade intelectual. Alguns historiadores, dentre eles Raymond Williams, contestam a apropriação de um só uso para o termo cultura, sugerindo nesse sentido: um conceito de cultura que englobe não apenas “um modo de vida” ou “produtos artísticos”, mas na experiência que sua forma constitui.<sup>1</sup>

O interesse pelos aspectos culturais da sociedade encontra profícua acolhida de 1970 até os dias de hoje, quando houve uma considerável virada teórica e metodológica em determinadas disciplinas como: Geografia, Antropologia, Economia, Psicologia, Ciência Política, Estudos Culturais e História, que passaram a dar mais atenção aos aspectos culturais nos seus estudos, permitindo dessa forma o surgimento de um nova História, denominada “Nova História Cultural”.

Para entender um pouco mais sobre alguns aspectos teóricos e metodológicos da História Cultural e da Nova História Cultural, os estudiosos brasileiros podem contar com a obra *O que é História Cultural?*, do historiador britânico Peter Burke, traduzido por Sergio Góes de Paula e publicado recentemente pela editora Jorge Zahar. A relevância desse trabalho está na capacidade de síntese e análise do autor, que em 191 páginas, conseguiu apresentar com clareza e profundidade a História da História Cultural.

Essa obra, sem sombra de dúvidas, tem uma grande contribuição a dar aos estudiosos da História Cultural, não somente pelo fato de ela ser um compêndio da trajetória dessa História, mas também por apresentar seus problemas e paradoxos ao longo de duzentos anos de sua existência.

A leitura desse livro proporciona ao pesquisador vislumbrar uma panorâmica dos avanços e recuos sofrido pela História Cultural, no decorrer de seu percurso, permitindo, ainda, conhecer os novos paradigmas e objetos suscitados por esse gênero de História.

O livro aponta os principais problemas suscitados por aqueles que trabalharam com a História Cultural. O suíço Jacob Burckhard e o holandês Johan Huizinga, principais representantes do período clássico da História Cultural, de 1800 a 1950, tiveram dificuldades em se ater à crítica das fontes, métodos e suposições de estudo. “Como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, questionando como um determinado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação” (p. 33).

As críticas mais agravantes ao período clássico da História Cultural vieram dos historiadores marxistas, que, além de salientarem a falta de análise cuidadosa das fontes, evidenciaram também a pouca análise social e econômica, e a homogeneização cultural ausente de conflitos. O principal expoente desses críticos foi o historiador E. P. Thompson, designando o conceito “termo desajeitado” para a prática de alguns historiadores culturais que não deram tanta importância às distinções culturais presentes nas sociedades.

*A Formação da Classe Operária Inglesa (1963)*, obra basilar da “Nova História Cultural”, considerado um marco na Nova História Cultural Britânica, foi duramente criticado por alguns marxistas, colegas de Thompson. As críticas focaram a pouca ênfase nas realidades econômicas, sociais e políticas e por privilegiar em excesso as experiências e as idéias.

Entretanto, a tensão entre culturalismo e economicismo apresentou-se bastante profícua, pois permitiu aos estudiosos refletirem sobre essas questões.

Os problemas continuam. Por um lado, um marxismo que dispensa as noções complementares de base e superestrutura corre o risco de perder suas qualidades distintivas. Por outro, crítica de Thompson às “noções holísticas” parece tornar impossível a história cultural ou, pelo menos, parece reduzi-la a fragmentos. Por mais diferentes que fossem os dois estudiosos, Thompson parecia estar apontando para a mesma direção que Gombrich, quando este rejeitava as “fundamentações hegelianas” das sínteses de Burckhardt e Huizinga. Tais críticas levantam uma questão fundamental: é possível estudar as culturas como um todo, sem fazer falsas suposições sobre homogeneidade cultural? (p. 38).

Para essas questões foram apresentadas duas respostas: a primeira consistiu em dar mais ênfase às tradições culturais e a segunda em tratar a cultura erudita e a cultura popular como “subculturas” parciais, mas não totalmente separadas ou autônomas.

Alguns problemas sobre o conceito de tradição foram apresentados pelos estudiosos da História Cultural, sendo o principal deles a noção de homogeneidade cultural. Deu-se privilégio em trabalhar com o conceito de múltiplas culturas, culturas no plural, urbana e rural, masculina e feminina, velha e jovem, e assim por diante. Uns dos principais expoentes dessa nova concepção de cultura foram os teóricos Stuart Hall e Michel de Certeau.

A partir de 1960, a história cultural voltou-se para a antropologia, e os historiadores passaram a utilizar o termo cultura, no plural, com um sentido cada vez mais amplo. “O conceito amplo de cultura dos antropólogos era, e continua sendo, um outro atrativo, vinculado aos estudos dos símbolos...” (p. 57). O livro apresenta os principais antropólogos que mais contribuíram para a nova história cultural são eles: Marcel Mauss, Edward Evans-Pritchard, Mary Douglas, Clifford Geertz e o estruturalista Claude Lévi-Strauss, em 1970.

Essa aproximação entre historiadores e antropólogos permitiu que surgisse a Nova História Cultural (NHC), no final de 1980. O surgimento desse novo gênero está ligado as trocas teóricas e metodológicas entre antropólogos e historiadores. A palavra “nova” serve para distinguir esse novo gênero da Nouvelle Histoire francesa da década de 1970, e a palavra cultura para distingui-la da história intelectual e da história social.

Esse novo gênero de história apresentou uma rigorosa preocupação com a teoria, principalmente aquelas relacionadas ao campo da Literatura, Linguagem, Cultural Visual e Social. As obras dos teóricos Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bordieu foram salutares para os praticantes da Nova História Social.

A Nova História Cultural trouxe novos paradigmas, dentre eles o de prática e representação, “a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da lingüística, a história do experimento e não da teoria científica” (p. 78). O conceito de prática foi utilizado por historiadores da Nova História Cultural, em vários estudos como do consumo, colonialismo, linguagem, religião, renascimento e outros.

Já o conceito de representação, por sua vez, atingiu várias formas, dentre elas literárias, visuais e mentais, e contribuiu para o estudo de múltiplos temas como música, memória e corpo. Entretanto, o conceito não está ausente de críticas, sendo a principal delas a utilização de representação como o reflexo da realidade social exemplificada, através de imagens e textos. Uma solução para esse problema seria fazer uma leitura a “contrapelo” ou “entrelinhas” dos documentos orais, textuais e visuais, entendendo a representação

enquanto uma construção da realidade e não o seu reflexo.

A Nova História Cultural alcançou o século XXI suscitando mais problemas que soluções quanto ao seu futuro. “Chegou o tempo de uma fase ainda mais nova? Ou, essa fase já começou? Podemos também nos perguntar se o que vem pela frente será um movimento ainda mais radical ou se, pelo contrário, teremos uma reaproximação de formas mais tradicionais de história”.<sup>2</sup> Haverá uma volta à história cultural tradicional dos tempos de Burckhardt; uma expansão da Nova História Cultural para outros domínios anteriormente deixados de lado, entre eles política, violência e emoções? Ou eclodirá uma reação contra a “redução construtivista da sociedade” no tocante à cultura? Essas questões são salutares para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a leitura de *O que é História Cultural?* é uma contribuição significativa para aqueles que buscam entender os avanços e recuos teóricos e metodológicos da História Cultural, como também os novos problemas e paradoxos apresentados pela Nova História Cultural. Esse livro tem um importante papel a desempenhar: esclarecer e suscitar questionamentos àqueles que pesquisam ou têm interesse em pesquisar sobre história cultural.

*Recebido em fevereiro/2006; aprovado em maio/2006.*

### *Notas*

\* Mestre em História Social, PUC-SP.

<sup>1</sup> WILLIAMS, R. *Culture and Society*. Londres, Hogarth Press, 1993.

<sup>2</sup> BURKE, P. *O que é História Cultural*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, pp.131-132..